

História econômica da Bolívia contemporânea¹

Everaldo de Oliveira Andrade

A História econômica da Bolívia é a história do saque sistemático, organizado e brutal, não apenas dos recursos naturais de uma nação, mas dos sonhos e esperanças de progresso de todo um povo. Por isso, entender e acompanhar sua história econômica é entender uma das contrapartidas dos grandes saltos de crescimentos e desenvolvimento do capitalismo mundial no século XIX e XX. O atraso boliviano é uma das faces escondidas que os apologistas do Capital buscam sempre esquecer. Essa história econômica contém a História do Capital em suas entranhas.

Esta história foi em grande parte a trajetória em busca da soberania nacional, que significou a cada momento, a busca pela reapropriação dos recursos naturais para a maioria da população forjar um processo autônomo de desenvolvimento econômico. Esta busca esteve envolvida com mobilizações políticas e inseriam-se, por outro lado, em conjunturas de acentuados conflitos sociais e contradições econômicas. Pode-se afirmar que a nacionalidade foi forjada a golpes de força vindos de baixo, das camadas populares desesperadas pela miséria, levando o conjunto do país, mesmo que limitadamente, a se chocar com os grandes proprietários estrangeiros e seus interesses no país. Dessa maneira, os grandes ciclos da história econômica do país tiveram sempre relação com estes momentos de mobilização política. Uma forte tradição histórica de bases populares e revolucionárias se consolidou em torno das nacionalizações de empresas como caminho para a resolução das demandas sociais e marcará a memória nacional. Em 1937 por exemplo, ocorreu a nacionalização da Standard Oil Co. por força da crise política que advém da derrota boliviana na guerra do Chaco (1932-1935). Um segundo momento – a nacionalização da grande mineração de estanho em outubro de 1952, esteve ligada ao impulso revolucionário da insurreição operária e popular de abril de 1952. Um terceiro momento marcante ocorreu em 1969 no contexto dos governos militares dos generais nacionalistas Ovando Candía e Juan José Torres, quando é nacionalizada a Gulf Oil Co e em seguida discutida a gestão operária da mineração estatal. As nacionalizações ocorridas já sob o governo de Evo Morales inserem-se certamente em outro ciclo agora em pleno andamento.

¹ Texto publicado como artigo com o título “Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea”, na revista Caderno de Ciências Sociais, vol. 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012.

Da independência à integração ao mercado mundial

No final do século XVIII e começo do século XIX os velhos impérios coloniais da Espanha e Portugal nas Américas começaram a desmoronar. Os movimentos independentistas se reacenderam em todo o continente influenciados pela rebelião dos escravos negros do Haiti, a independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa de 1789. Mas o pano de fundo que destruía as antigas colônias ibéricas era o avanço do capitalismo industrial em busca de novos mercados. A maioria dos países da América Latina começou a tornar-se independente quase na mesma época. As regiões colonizadas pela Espanha não se unificaram num único país, embora alguns líderes desse movimento o desejassem como Simon Bolívar. As ex-colônias espanholas conformavam núcleos econômicos com frágeis laços internos e significativos vínculos com o exterior. As destruições provocadas pelas guerras de independência e os próprios interesses comerciais das elites locais em associação com a Inglaterra, ajudaram a consolidar a fragmentação que daria origem a vários pequenos estados nacionais. A Bolívia, que naquela época era ainda conhecida como Alto Peru, foi a primeira região a se levantar contra a Espanha no ano de 1809. Mas também foi onde ocorreu a última batalha pela independência da colonização espanhola no continente. A independência se concretizou somente em 6 de agosto de 1825 sob a liderança do general Sucre, depois de uma longa série de combates contra as tropas coloniais. Simon Bolívar, que participara ativamente da libertação das colônias, foi homenageado e seu nome foi dado ao novo país que surgia.

Na Bolívia os séculos de colonização espanhola deixaram marcas profundas nas suas estruturas econômicas e sociais. A elite dominante que herdou a direção do país em 1825 após as revoluções de independência, não deixou de dar continuidade a este legado de exclusão das maiorias indígenas que habitavam os vastos campos gelados andinos e as distantes fronteiras amazônicas. Em grande parte este estranhamento da elite branca e europeizada em relação ao seu próprio povo explica alguns dos traumas profundos da nação que se construía. A mão-de-obra servil do índio impulsionava a mineração da prata, depois será do estanho, além da agricultura nos grandes latifúndios. Em contrapartida, os elos externos da economia mantinham a elite dominante profundamente ligada e submetida aos interesses dos capitais internacionais. Aqueles que se beneficiavam destas riquezas continuavam fora do país. Isso nos permite entender melhor um dos motivos de porque a Bolívia foi deste então um país praticamente inviável, sem condições de se desenvolver e prosperar. No final do século XIX, grandes fatias

do território do país permaneciam ainda fora do controle do governo central. Existia uma frágil economia e um país dividido em muitas etnias e culturas diferentes. Podemos dizer que a Bolívia como país era ainda um projeto em construção e sem uma burguesia nacional para estruturar a economia capitalista do país de acordo com seus interesses. O estado nacional era muito débil e quando o país enfrentou os primeiros choques fronteiriços com seus vizinhos e precisou se defender como um país soberano, não teve condições de manter a integridade original do seu território. As perdas territoriais sucessivas sofridas pelo Estado boliviano em seu primeiro século de existência como a derrota para o Chile e a perda da saída para o mar na guerra do Pacífico (1889), a guerra do Acre e a perda dos ricos seringais amazônicos em 1903 e, por fim, a perda de mais de 200 mil km² para o Paraguai na guerra do Chaco (1932-1935), selaram a sorte da elite dirigente mineradora e latifundiária.

Na passagem do século XIX para o XX, quando o capitalismo consolidava sua fase imperialista e tratava de submeter o conjunto do mundo às suas teias, a Bolívia foi enredada como fornecedora de um novo produto: O estanho. A importância econômica da exploração deste mineral tornou-se cada vez maior ao longo do século XX. Entre 1900 e 1929 as exportações cresceram cinco vezes e a participação boliviana mais que dobrou, chegando entre 1918 e 1929 a quase um quarto da produção mundial². Entre 1900 e 1909 representava já 40% do comércio exterior do país, entre 1910 e 1919 subia para 60%, entre 1920 e 1939 alcançava 72%, e entre 1940 e 1949 chegará a 75% do total do comércio exterior do país. A exploração de estanho, gás natural, petróleo, como de outros recursos minerais, estiveram sempre ligadas a grandes dificuldades pela localização das reservas. Além do estanho, a Bolívia possuía importantes jazidas de zinco, cobre, chumbo, volfrâmio, prata, ouro. Sua extração e transporte exigiram sempre altos investimentos, construção de estradas, ferrovias, oleodutos, sem os quais, estaria comprometida sua viabilidade econômica. Isso explica porque em geral apenas grandes empresas e proprietários tiveram inicialmente condições de controlar o negócio. Como consequência, o Estado, dependente principalmente dos ingressos da mineração, tornou-se uma agência intermediária diretamente ligada aos interesses dos grandes mineradores³. Até a nacionalização das minas em 1952, pouco se alterou o quadro concentrador da produção, que, por outro lado, criava laços de extrema dependência do país com o mercado mundial. A pequena e a média mineração ocupavam um espaço secundário no mercado monopolizado pelos três grandes magnatas do estanho.

2 MANUEL E. CONTRERAS, Debt, taxes and war: the political economy of Bolivia, c. 1920-1935, *Journal of Latinamerican Studies*, 22(2): 265, 1990, citado em BETHEL, V.6, P. 118

3 James MALLOY, Bolívia, la revolución inconclusa, p. 63-64. O grande desinteresse pelo desenvolvimento da economia nacional chegou ao ponto de os magnatas do estanho, que possuíam rendas superiores às do estado boliviano, fundarem as sedes de suas empresas no exterior. Em 1924 Simon Patiño fundou a "Patiño Mines and Enterprise Consolidated Inc." no estado de Delaware nos EUA com capital de 6.250.000 libras. Em 1922 Aramayo fundou a "Compagnie Aramayo de Mines en Bolivie S.A." com sede na Suíça e capital de 25 milhões de francos.

Porém, estas crescentes exportações traziam pouco retorno para o desenvolvimento da economia nacional. Em primeiro lugar pelos baixos impostos cobrados pelo governo, que durante muitos anos variou de 3% a 5% do valor exportado, variando até 13% em certos períodos mais curtos. Em segundo lugar porque a exploração estava extremamente concentrada : Simon I. Patiño, que detinha em 1931 cerca de 62% do volume de exportações de estanho; Mauricio Hochschild com 26% do controle das exportações em 1938 e Carlos Aramayo com 10% em 1934⁴. O poder dos grandes mineradores, La Rosca como eram chamados, se estendeu para outros ramos da produção e negócios e ganhou posteriormente dimensão internacional. Patiño controlava o maior banco da Bolívia, possuía jornais, ferrovias, fazendas, além de plantar sólidas raízes fora do país. Hochschild e Aramayo tinham negócios que também se ramificavam pelo conjunto da economia.

A concentração da produção		
Empresa mineradora	% do volume de exportação de estanho	Ano de apuração dos dados
Simon I Patiño	62	1931
Mauricio Hochschild	26	1938
Carlos Aramayo	10	1934

Fonte: Guzmán, Historia de Bolivia, pp. 263-266

A queda internacional dos preços de estanho a partir de meados da década de 1920, provocou grandes abalos nos orçamentos governamentais. No período de 1926 -1929, como consequência direta da depressão, aumentaram as dificuldades financeiras do Estado e houve necessidade de grandes empréstimos internacionais. Em 1927, os preços caíram constantemente; neste ano a tonelada do estanho estava em US\$917, em 1929 baixaria para US\$794. Foi neste momento que sobreveio a crise internacional de 1929⁵. O governo de

4 Augusto GUZMÁN, Historia de Bolivia, p. 263-266

5 Cf. Walter H. VIRREIRA, Breve Historia de la minería boliviana.

Hernando Siles decretou estado de sítio no final de 1928 numa tentativa de conter as mobilizações políticas internas que cresciam a deterioração da economia⁶. Em meados de 1930 um levante impediu que Siles prorrogasse seu mandato. Uma coalizão de partidos conservadores lançou Daniel Salamanca candidato presidencial. Eleito, seu governo teve que enfrentar o agravamento da situação interna.

A crise de 1929, a guerra do Chaco e a nacionalização da Standard Oil

Depois de 1929 a Bolívia entrou em recessão, não conseguindo mais exportar como antes os minerais dos quais dependia a economia nacional. O desemprego e a alta dos preços dos alimentos fez a insatisfação popular crescer. Em 1929, aproximadamente 37% do orçamento destinava-se ao pagamento da dívida pública. A produção de estanho se reduziu de 46.000 toneladas em 1929 para 14.700 no ano seguinte, provocando uma onda de fechamento de minas e desemprego. Muitos pequenos e médios mineradores faliram.

Em fins de 1930 o governo em acordo com os grandes mineradores, impôs um programa de controle da produção e a cobrança de um imposto mínimo. As novas medidas procuravam garantir o mínimo equilíbrio às finanças públicas e preservar os interesses dos grandes mineradores. Em fins de julho de 1931, o governo de Daniel Salamanca foi obrigado a parar de pagar a dívida externa. Em meados de 1932 a produção de estanho paralisou e logo depois seguiria produzindo 1/3 do que produzira antes de 1929. Os preços chegaram a cair para US\$385 a tonelada, e somente em 1933 recuperaria os níveis de produção de meados da década de 1920⁷. Ao mesmo tempo, Simon Patiño patrocinou a criação do Comitê Internacional dos grandes produtores de estanho, impondo cotas e controle ao mercado internacional, o que lhe permitiu, em plena crise, não sofrer perdas e fortalecer seus negócios.

As grandes fortunas acumuladas com a mineração não permitiram o fortalecimento e desenvolvimento da economia do país. A extrema concentração e peso da produção do estanho não permitiu que se estruturasse uma burguesia nacional, e isolada entre uma gigantesca massa de indígenas excluídos e a drenagem constante das riquezas pelos barões do estanho, a burguesia boliviana seguiu raquítica e subordinada ao imperialismo. Essas características realçaram o papel repressor do estado, que passava a adquirir uma importância cada vez maior. Com a crise de 1929, abalou-se todo esse frágil equilíbrio. As fricções entre os grandes mineradores e o estado tornaram-se mais freqüentes, fragilizando a manutenção da estabilidade política. Os setores da pequena-burguesia que se expandiram no impulso do setor

⁶ Herbert KLEIN, *Historia General de Bolívia*, p.219

⁷ VIRREIRA, OP CIT.

minerador-exportador, sofreram ainda mais esse impacto, vendo ruir o principal pólo com certo dinamismo na economia, que permitia um limitado nível de ascensão social. O restante da população vivia, em sua esmagadora maioria, ainda fora de qualquer relação política ou institucional com o Estado e o mercado. Mesmo as concentrações de mineiros ainda eram, na década de 1920, pequenas e compostas de massas semi ou recém-proletarizadas.

Esta situação começou a ameaçar o próprio governo de Daniel Salamanca. Greves e manifestações de rua e um fervilhar de novas organizações políticas de oposição vinham incomodando crescentemente a elite dirigente. A queda do preço do estanho, principal base da economia do país, provocou sucessivas crises fiscais e pode ser vista como uma das motivações para o aceleração do conflito com o Paraguai. A guerra do Chaco (1932-1935) foi em grande parte motivada pelas necessidades do governo boliviano criar uma saída política externa para dispersar a oposição política. A velha elite perdeu espaço na condução do estado para frações militares reformistas e acelerou-se um processo de crise da economia nacional e o surgimento de um forte movimento político nacionalista e mobilizações operárias que mudarão os rumos econômicos do país.

A exploração de petróleo e gás

O fim da guerra do Chaco (1932-1935) teve, além de consequências econômicas gerais sobre as finanças do país, um impacto político e econômico maior quando o governo boliviano decidiu nacionalizar a multinacional estadunidense Standard Oil. A exploração do gás e petróleo na Bolívia, até então uma atividade de pouca projeção, passou a ganhar maior relevância econômica. Entre 1880 e 1890 ocorrem as primeiras descobertas de petróleo no país. Em 1912 foi formada uma empresa entre Luiz Valdez e Percival Farquhar, antigo empreendedor da ferrovia Madeira-Mamoré para explorar novas jazidas. Em 1920 o governo abre novos territórios para concessões a empresas estrangeiras, prevendo-se o pagamento de 15% de royalties ao estado pelo total da produção. Em 1921 a Standard Oil compra concessões para operar na Bolívia e inicia atividades no ano seguinte. Ao mesmo tempo o novo Código de Petróleo reduz a taxa de royalties ao Estado de 15% para 11%.

Produção da Standad Oil	
Período	Média toneladas de óleo cru/ano
Até 1932	6.000

1933-1935	20.000
1936	13.300
Fonte: VIRREIRA, op cit.	

Uma das consequências concretas provocadas pela nova situação política do pós-guerra foi a abertura em novembro de 1936 de um processo judicial contra a Standard Oil Co., sob acusação de ter colaborado com os inimigos paraguaios, exigindo sua nacionalização. Esta iniciativa deu-se durante o governo Toro (1936-1937) que sucedeu o governo derrotado na guerra. Preparando a nacionalização, o governo David Toro criou o ministério das Minas e Energia. Em 7 de junho de 1936 um decreto abolia as concessões de 1921 e reduzia aquelas vigentes de 255 para 6 concessões. Em 21 de dezembro é criada a YPFB – Yacimientos Petrolíferos y Fiscales de Boliviana, tendo como modelo a YPF argentina. Seu objetivo seria explorar, refinar, transportar e comercializar as fontes de petróleo e gás do país.

Em 13 de março de 1937 a Standard Oil é finalmente confiscada por violação de contrato e fraude nos pagamentos de royalties. O processo comprovava que a empresa havia transferido equipamentos para a Argentina e se recusara a refinar gasolina para os aviões bolivianos durante o conflito. Descobriu-se ainda um gasoduto clandestino para o país vizinho, aliado dos paraguaios. O fato teve muito impacto, afinal era a primeira vez que um país ousava tocar em uma empresa multinacional estadunidense na América Latina. Não haveria compensação ou direitos na medida em que o confisco fora fundamentado tecnicamente⁸. Em março de 1939 a Corte Suprema boliviana recusou a ação contestatória da Standard Oil. Esta pediu apoio do governo dos Estados Unidos para pressionar a Bolívia. Após a nacionalização a YPFB rapidamente dobrou a produção de petróleo.

A Segunda Guerra e a exploração nas minas

Com o início da Segunda Guerra Mundial o governo boliviano foi pressionado por um maior compromisso com os interesses dos EUA, que exigiu que os preços de seus minérios se situassem abaixo dos preços de mercado como forma dos bolivianos contribuírem com o esforço de guerra. Em junho de 1940 os EUA criaram a Metals Reserve Company com a tarefa de comprar e estocar matérias-primas estratégicas dos países da América Latina. E em novembro a Metals se comprometeu a comprar toda a produção de estanho boliviano por cinco

⁸ Klein, *ibid*, p.64

anos, com excessão da produção da empresa Patiño que vendia para a Inglaterra⁹. A oposição passou a desenvolver uma grande campanha nacionalista em torno do estanho subsidiado que o país vendia aos EUA. O governo foi acusado de ser entreguista e de desperdiçar a riqueza nacional¹⁰. Outra campanha nacionalista que teve importante repercussão relacionava-se à defesa do petróleo. A Standard Oil exigia a devolução de suas instalações e o pagamento de indenizações, procurando tirar proveito da dependência do governo Peñaranda do apoio norte-americano. Os nacionalistas desenvolveram então uma campanha em defesa da YPFB criando em 24 de janeiro de 1941 a União Boliviana Defensora do Petróleo. Os EUA realmente aproveitaram para chantagear a Bolívia, que necessitava de ajuda técnica na exploração de petróleo, para exigir a indenização da Standard Oil, que de fato ocorre em 27 de janeiro de 1942. A partir de 1942, a Bolívia torna-se praticamente o único fornecedor de estanho aos Aliados.

A Bolívia sente dolorosamente os efeitos da guerra. Os subsídios aos preços dos minérios destinados aos Aliados submete o pequeno país a um pesado esforço econômico. Embora tenham aumentado as exportações, os controles de preços e os atrasos no recebimento dos pagamentos representavam menos receita extra. Houve um aumento médio de cerca de 4% ao ano das rendas de exportação dos países produtores de minérios como Bolívia, Peru e Chile¹¹. A produção das empresas mineradoras cresce, mas os salários e os impostos ao governo diminuem proporcionalmente frente a desvalorização do estanho. A margem de lucro das empresas era mantida a base do aumento brutal da exploração da força de trabalho dos mineiros e diminuição dos impostos pagos ao Estado, situação que contribuiu para acirrar os conflitos políticos e manter o governo em constante instabilidade.

Como forma de combater a queda dos preços, as companhias dobraram a produção entre 1938 e 1942 e aumentam em 40% a força de trabalho. Ao final da guerra, o Estado estava em séria crise financeira e os acampamentos mineiros com enormes concentrações operárias sub-remuneradas¹². As condições de ritmo intenso de trabalho nas minas durante o período da Segunda Guerra Mundial, elevaram a níveis insuportáveis a exploração dos trabalhadores mineiros e a deterioração de suas condições de vida. Em 1945 a produção boliviana de estanho chegou a cobrir 42,87% da produção mundial, no entanto os preços subsidiados provocaram perdas de divisas estimadas em US\$500 milhões¹³. As empresas procuraram repassar essas perdas para os empregados, procurando cortar despesas que

9 Bethell, L. História da América Latina, vol. 6, pp. 81-82

10 J. MALLOY, op cit, pp. 150-151.

11 Bethell, op cit, p. 88

12 DUNKERLEY, pp. 23-24.

13 VIRREIRA, op cit, pp. 141-145.

aumentassem os custos de produção. Em 1943 menos de 3% dos empregados da Patiño Mines recebia mais de 1 dólar por dia. Apesar de viverem em regiões isoladas e inóspitas, onde em geral se localizavam os acampamentos, e sob total dependência da empresa para alimentação e moradia, em Catavi por exemplo, apenas à metade dos operários com famílias a empresa cedeu casa para moradia. Muitos operários moram dentro de minas abandonadas em condições absolutamente subumanas.

As condições de trabalho e saúde eram igualmente difíceis. As empresas não respeitavam as mínimas condições de segurança, obrigando muitas vezes que o trabalho de extração fosse realizado com água na cintura, sem uso de máscaras protetoras, provocando altos índices de contaminação e acidentes. Uma comissão do governo dos EUA que visitou as minas em 1943 constatou que o consumo alimentar entre os mineiros era baixíssimo e uma das principais causas de problemas de saúde¹⁴. Em 1945 um médico de Oruro fez um estudo sobre as condições de vida dos mineiros e constatou que os casos de tuberculose eram já muito acentuados com apenas 4,5 anos de trabalho no subsolo. Um estudo de 1948 nas minas da região de Catavi verificou que o índice de infecção por tuberculose atingia 97,84% dos trabalhadores e que a empresa não cumpria minimamente os cuidados e as necessidades médicas dos atingidos pela doença¹⁵.

No começo de 1945 o novo governo do militar nacionalista Gualberto Villarroel passa a implantar medidas de contenção de gastos e controle da economia que desagradaram setores importantes do país. Em 3 de abril de 1945, um decreto aumenta a venda obrigatória de divisas provenientes da mineração, de 42 para 60% ao governo. Outras matérias-primas de exportação também têm seus impostos aumentados. Pequenos mineradores foram obrigados a centralizar a produção no Banco Mineiro. Passou-se a cobrar imposto sobre os lucros e ganhos de exportação. No final de 1945 foi decretado aumento salarial aos mineiros e pagamento de uma gratificação natalina. Essas medidas, apesar de limitadamente reformistas, despertam a fúria da burguesia. O tímido controle dos impostos pagos pelas grandes mineradoras e as pequenas reformas sociais iniciadas por Villarroel, tentavam criar uma maior margem de manobras, com uma ampliação da margem de apoio ao governo, para a recomposição do aparelho de estado. No entanto, os grandes barões do estanho estavam acostumados a eleger e destituir presidentes e era-lhes inadmissível qualquer traço de independência do governo. Villarroel tornar-se-ia então célebre ao tentar conciliar o irreconciliável: ampliar limitadamente alguns direitos sociais e preservar os interesses da grande mineração. Provavelmente não

¹⁴ DUNKERLEY, op cit, pp. 25-26.

¹⁵ Guillermo GUERRA, "Estudios de silicosis y tuberculosis efectuados en el distrito de Catavi", La Paz, dezembro de 1948 (citado por: G. LORA, Historia del Movimiento Obrero Boliviano, vol.1, pp. 324-351).

tivesse dimensão do real poderio que desfrutavam os grandes mineradores do país e do grau de radicalização que se apoderava do movimento operário. Tentando construir um governo de equilíbrio com tímidas reformas, caminhava literalmente sobre o fio de navalha da história boliviana. Deve-se acrescentar que a orientação dos EUA, estabelecida na Conferência de Chapultepec em fevereiro/março de 1945, na “Carta Econômica das Américas”, exigia dos governos da América Latina um compromisso de redução de tarifas incentivo aos capitais estrangeiros, condenando o nacionalismo econômico e as empresas estatais e criava um novo pólo de oposição.

No contexto da experiência nacionalista retomada parcialmente pelo governo Villarroel, a retomada das mobilizações camponesas na década de 1940 refletiam a crise política e econômica mais profunda porque passava a Bolívia. A guerra do Chaco provocara influências desestabilizadoras também no campo, propiciando um contato mais intenso entre as populações rurais e urbanas. A estrutura da economia no campo mantinha instituições herdadas do período colonial com os grandes proprietários concentrando todo o poder e autoridade e os camponeses indígenas obrigados a exercer uma série de trabalhos obrigatórios e gratuitos¹⁶. Desde a independência até 1950, o número de comunidades indígenas decrescera de aproximadamente 11.000 para 3.799, enquanto o número de famílias sem nenhum tipo de propriedade, individual ou coletiva já era muito superior aos camponeses comunitários. Apenas 615 propriedades detinham neste ano cerca de 50% das áreas de cultivo, enquanto 51.198 pequenas propriedades (60% do total) ficavam com apenas 0,22% das áreas de cultivo. Estes dados mostravam uma situação de grandes desigualdades no setor da economia onde sobreviviam 70% da população ativa do país. Nas grandes propriedades da região andina verificou-se por exemplo, que o rápido crescimento das exportações nas primeiras décadas desde século, trouxeram profundas modificações nas sociedades rurais. Os proprietários tentaram racionalizar a produção e redefinir suas relações com os camponeses, introduzindo novas técnicas e ritmos de trabalho que questionavam seus direitos e privilégios tradicionais, dando origem a um número crescente de greves e revoltas de resistência.

A Revolução de 1952 e as nacionalização das minas de estanho

Logo após a insurreição operário-popular de 10 e 11 de abril de 1952, que derrotou o exército do governo militar de Hugo Ballivián e implantou um governo do MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario), partido de orientação nacionalista e base pequeno-burguesa, a

16 Censo Nacional Agropecuário de 1950, citado por James DUNKERLEY, op cit, pp. 29-30 e James MALLOY, Bolívia: La Revolución Inconclusa, pp. 250-252.

reivindicação de nacionalização de toda a mineração, com controle operário e sem indenizações, se popularizou. Na década de 1930 organizações de esquerda e sindicatos já haviam começado a estabelecer esta reivindicação em seus programas. A questão da mineração foi um dos primeiros obstáculos a ser enfrentado pelo novo governo, de orientação moderada e reformista, para controlar a revolução dos rumos socialistas defendidos pelos setores operários influenciados pelos trotskistas do POR (Partido Obrero Revolucionario). A criação e consolidação da COB (Central Obrera Boliviana) nos primeiros dias pós revolução, deu um impulso ainda maior a esse movimento de ruptura revolucionária que via nas nacionalizações uma de suas principais motivações. A pressão política tornou-se cada vez mais intensa para o MNR, com assembléias e passeatas obrigaram o governo a se posicionar rapidamente sobre as exigências de nacionalização das grandes mineradoras.

A situação da mineração em 1952 não era, porém, nada animadora. Muitas minas exploravam veios antigos, com velhas maquinarias defasadas tecnologicamente. A preocupação central do MNR era evitar um possível rompimento traumático com os interesses dos EUA, algo que não desejavam, e um boicote econômico. Os preços internacionais estavam num período de depressão após a guerra da Coréia, compondo um conjunto de fatores que fragilizaria o governo frente às negociações internacionais com os antigos proprietários. Por esse motivo, uma das primeiras medidas do líder do MNR Paz Estenssoro, depois de tomar posse, foi nomear um embaixador para tranquilizar Washington em relação à mineração.

Para ganhar tempo, Estenssoro tratou de habilmente dizer que a questão da nacionalização exigia um estudo sereno em vista de sua complexidade e do fato de que 20% dos acionistas de Patiño serem norte-americanos¹⁷. No dia 13 de maio de 1952 o governo decidira criar uma comissão com a finalidade de estudar as possibilidades técnicas da nacionalização. Na verdade seu objetivo era muito mais político do que simplesmente técnico, visava desarmar o movimento de massas, de forma que a decisão não fosse tomada no ponto mais alto de pressão política contra o governo, o que ocasionaria maiores concessões. A postergação da nacionalização permitiria ainda limitar as reivindicações originais do movimento sindical. Embora a nacionalização de toda a mineração pudesse se inserir na perspectiva nacionalista do MNR de desenvolvimento capitalista baseado no intervencionismo estatal, as mobilizações de massa abririam uma dinâmica de luta política que dificilmente o MNR conseguiria controlar plenamente. Dias depois Juan Lechín e Mario Torres, sindicalistas mineiros do próprio MNR, foram incorporados à comissão e as reivindicações da COB, de

¹⁷ DUNKERLEY, op cit, pp. 58-59

nacionalização sem indenização e controle operário da gestão, passaram ao âmbito das negociações de bastidores, o que facilitou ao governo o trabalho para desarticular politicamente a radicalização.

A primeira medida prática contra os grandes mineradores só foi tomada em julho de 1952, quando o regime declarou o monopólio da exportação de minerais pelo Estado através do Banco Mineiro. Embora fosse uma medida de certa forma coerente com a trajetória nacionalista da qual o MNR procurava se referenciar, foram necessários meses para se realizar. Limitou-se a resgatar os princípios que originaram a criação do Banco Mineiro pelo ex-presidente German Busch na década de 1930. Mais do que isso, a medida tinha a finalidade de fortalecer os setores de pequenos empresários mineradores dos grandes monopólios. O princípio da medida era fortalecer a capacidade de investimento do Estado, de acordo com a perspectiva do núcleo dirigente do MNR de controlar mais do que nacionalizar a grande mineração.

Finalmente em outubro, quando principalmente o movimento sindical, já aguardava pacificamente a nacionalização, as primeiras medidas mais efetivas começaram a ser tomadas. No dia 2 de outubro de 1952 foi criada a COMIBOL (Corporación Minera de Bolivia) com a finalidade de explorar e comercializar os minérios. A postergação destas medidas permitiu que os grandes mineradores se preparassem para a nacionalização e sucateassem suas instalações. No dia 7 de outubro as empresas de Patiño, Hothschild e Aramayo foram ocupadas pelo Estado e no dia 31 foi assinado o decreto de nacionalização. O decreto tinha muitos limites ao não afetar as médias e pequenas mineradoras que passariam a receber incentivos do Banco Mineiro, representando claramente uma solução de compromisso entre as reivindicações da classe operária e os temores da pequena burguesia, já que não atendia plenamente nenhum setor. Preservava um setor privado na mineração ao mesmo tempo que concedia um poder limitado aos sindicatos mineiros¹⁸. Além disso, paralelamente foi criada uma Lei de Investimentos que abriu várias concessões a empresas estrangeiras em outras áreas da mineração. De 1952 a 1961 seriam fornecidas 1.917 novas concessões a empresas privadas para exploração de minerais¹⁹. A COMIBOL tomava posse de 163 minas empregando 29.000 homens. Por outro lado, as grandes mineradoras seriam indenizadas pelo valor fixado de US\$27 milhões e o governo enfatizou que respeitaria plenamente a propriedade privada.

A conjuntura da economia, baixas cotações de preços internacionais, pressões e boicotes das grandes corporações internacionais de minério, não favoreceram o

18 Guillermo LORA, Contribución a la historia política de Bolivia, vol. 2, pp. 249-254

19 Guillermo BEDREGAL, La revolución boliviana, p. 98.

desenvolvimento da mineração nacionalizada. Por exemplo, o preço internacional do estanho tendeu a baixa desde 1952 até 1961. Em geral, esses os insucessos foram atribuídos pelos seus críticos ao fato das empresas terem sido nacionalizadas e da grande ingerência e poder dos sindicatos no seu interior. Outra fonte de críticas atribuiu ao número de trabalhadores contratados os motivos das dificuldades econômicas da COMIBOL. De 1952 a 1956, o número de empregados nas minas nacionalizadas cresceu de 29.000 para 36.000 operários, sendo muitos destes perseguidos políticos dos regimes anteriores²⁰. Porém, num período de grande inflação que se seguiu à revolução, os salários dos mineiros foram reduzidos em 42,5% entre 1950 e 1955. Mesmo com o aumento do número de funcionários, os custos com pessoal da COMIBOL caíram de 38% para 35% entre 1952 e 1958. Os custos por operário foram de US\$85 mensais em 1952 e baixaram para US\$42 em 1956. Apesar de todas estas condições de deterioração do trabalho, falta de investimentos e esgotamento das minas, a produção por trabalhador aumentou de 3, 91 toneladas em 1952 para 4, 5 em 1956²¹. Deve-se acrescentar que houve uma queda da taxa anual das exportações de commodities da Bolívia: no período de 1945-1950 a queda foi de 1,2% e entre 1950 e 1955 a taxa foi de 0,0%²².

Além das dificuldades conjunturais da economia internacional e nacional, a COMIBOL foi também vitimada pelos desvios burocráticos do regime do MNR, pelos favorecimentos pessoais e a corrupção que se ampliou. O governo dos EUA também manteve pressão constante para que a Bolívia saldasse completamente as indenizações aos magnatas dos minérios. A importação de novos equipamentos esteve sempre condicionada ao pagamento destas indenizações. Os EUA, que eram o principal comprador de minérios bolivianos, só firmaram um novo contrato com a COMIBOL em 10 de julho de 1953, depois de acertado o montante das indenizações a serem pagas . Por outro lado, o MNR recusara-se a diversificar a exportação para outros países como forma de dissipar as pressões estadunidenses. Outro dado que ajuda a construir uma explicação para o recuo das empresas nacionalizadas relaciona-se às inconsistências da política econômica do MNR, que no seu projeto de diversificar a economia, desviou exageradamente recursos da mineração para a indústria petrolífera e outras atividades econômicas em detrimento da modernização técnica da Comibol, o que trouxe efeitos negativos rapidamente para esse setor.

²⁰ GODDY, 106.

²¹ DUNKERLEY, op cit, pp. 62-65.

²² Bethell, op cit, vol, 6, p. 106

A reforma agrária de 1953

O projeto final elaborado pela Comissão de Reforma Agrária representou uma vitória política fundamental para o MNR. Seu conteúdo consagrou uma visão de desenvolvimentismo capitalista, que incentivava a grande empresa agrícola e reconhecia através das indenizações aos grandes proprietários o pleno direito de propriedade. A reforma atingia assim dois objetivos básicos do MNR: do ponto de vista econômico dar uma base racional para o desenvolvimento da agricultura empresarial, e do ponto de vista político converter o camponês em base social defensora do novo regime²³. A legislação embora previsse a pequena e média propriedades, ignorou a propriedade coletiva e comunal dos índios, o que tornou o minifundismo uma tendência e um obstáculo ao avanço da economia no campo. O decreto-lei 2/VIII/953 previu a forma de pagamento das terras sob a forma de títulos e não estabelecia um limite de área inafetável. A área de lotes distribuídos ficou em média 33 ha e gratuitos. No período de 1953 a 1962 foram distribuídos 4.400 hectares, representando 13% da área agrícola e beneficiando 133 mil proprietários. Isso representou 23% da população ativa na época²⁴.

Os resultados econômicos da lei de reforma foram diversificados. Nas regiões de grande parcelamento de propriedades houve uma grande queda da produção, porém no Oriente, em Santa Cruz, a médio prazo estabeleceram-se grandes empresas agrícolas rentáveis. Os projetos de colonização da região de Santa Cruz foram objetivados para aliviar a pressão demográfica e reivindicativa nas grandes concentrações do altiplano e não no sentido de criar um novo pólo que desenvolvesse a economia. O ultra-fracionamento da terra em algumas regiões, falta de incentivos e tecnologia, isolamento social e econômico da maioria dos camponeses levou a uma situação de produção em pequena escala e pouco produtiva. Nesse sentido, mesmo os objetivos de desenvolvimento capitalista do campo não foram atingidos como se esperava. O decreto de reforma agrária tinha mais um caráter político reacionário que um progressivismo econômico, pois objetivava principalmente impedir que ocorresse uma distribuição massiva de terra. A essência da Lei de reforma agrária foi impedir um impulso revolucionário do proletariado, sob a forma de uma reforma de tipo liberal conduzida para frear uma camada de pequenos proprietários e proteger os interesses dos grandes proprietários.

O FMI e o Plano Eder

A economia boliviana era altamente dependente em relação aos Estados Unidos em 1952, para o qual se dirigiam 66% de suas exportações e provinham 41% de suas

23 J. MALLOY, op cit, pp. 264-266.

24 Eulália Maria Lahmeyer Lobo, América Latina contemporânea, Rio de Janeiro: Zahar, 1970, pp. 72-74.

importações. Do total de dívida externa do país, cerca de 60% eram com os EUA. A extrema fragilidade e dependência da economia boliviana também podia ser atestada pelo fato de que 97% dos produtos exportados em 1952 eram compostos de minerais, sujeitos a flutuações e manipulações dos mercados internacionais²⁵. O violento processo inflacionário após 1952, que fora inicialmente combatido com a adoção de câmbios diferenciados para baratearem produtos alimentícios, terminou por incentivar uma rede de corrupção entre os quadros dirigentes do MNR. Mais do que isto, este período assistiu a uma violenta corrosão salarial e o crescimento de uma burguesia parasitária em torno do aparelho de estado. Entre 1945 e 1950 o PIB teve crescimento de 0% e entre 1950 e 1955 teve a taxa negativa de 0,8%. O custo de vida disparou: para um índice 100 em 1945, ele atinge 188 em 1950 e dispara para 2525 em 1955²⁶.

Tentando enfrentar a situação de descontrole inflacionário, o governo decretou o primeiro plano de estabilização econômica em maio de 1953, refletindo um claro alinhamento com as diretrizes estadunidenses. A sua principal medida foi estabelecer uma paridade fixa do peso boliviano com o dólar e congelar os salários depois de um pequeno aumento. As conseqüências mais imediatas foram o surgimento de um mercado paralelo nutrido pelos câmbios diferenciados e o encarecimento dos gêneros alimentícios. A crise econômica, ao invés de ser contida, se generalizou. Entre 1955 e 1961 o custo de vida cresceu 800% em La Paz²⁷. O deslocamento ideológico do regime correspondeu ao fortalecimento e rearticulação da nova burguesia que se beneficiava juntamente com os EUA da crise econômica. Uma comprovação clara das intenções e dos objetivos políticos que moviam as ajudas estadunidenses e do grau de comprometimento da cúpula do MNR foram expressas com clareza nas palavras de Richard Patch, nessa época assessor econômico:

“...Na Bolívia, a raiz do dilema tem sido o fato de que o programa de ajuda econômica de tipo habitual, não pode provocar a estabilidade política e econômica num país que está atravessado pela revolução social, exceto pela desaceleração ou pela cessação desta revolução” (...)“de 1952 a 1956, a ajuda norte-americana foi, quase certamente, um instrumento capaz de manter a ala moderada do MNR no poder”²⁸. Assim, *“a política de ajuda dos EUA deve tornar-se flexível bastante para conciliar as condições de estabilidade econômica com um governo moderado num quadro revolucionário”*²⁹.

A mobilização das instituições financeiras internacionais tem também um claro objetivo, são manipuladas para atender interesses políticos precisos como retoma Patch: *“o auxílio do*

25 Roberto J. PANDO, op cit, pp. 78-80.

26 Bethell, vol. 6, p. 106

27 UNESCO, situação Social da América Latina, Rio de Janeiro, 1965, p. 276, citado por Euália Maria Lahmeyer Lobo, América Latina contemporânea, p. 78.

28 R. W. PATCH, “Bolívia: assistência norte-americana em um quadro revolucionário”, p. 149.

29 Ibid, p. 153.

*FMI foi procurado, pelo menos em parte, com o fito de reduzir as tensões políticas sobre o governo boliviano e sobre as relações boliviano-norte-americanas, dando ao programa de estabilização um apoio e status internacional. Embora seja apolítico, o fundo não pode ser indiferente ao destino político do governo-membro com o qual está colaborando*³⁰.

A aproximação com os EUA foi fortalecida pela vinda de missões do FMI e a aplicação do Plano Eder em 1956, um conjunto de medidas de estabilização econômica que se chocava com os interesses dos operários e camponeses, com o claro objetivo de fortalecer uma orientação liberal para a economia. Na verdade, à medida que o movimento revolucionário era desarticulado, as ações dos EUA tornaram-se mais ousadas. As ajudas econômicas que inicialmente resumiam-se à remessa de alimentos, transformaram-se em interferência direta sobre a vida econômica do país. Pouco a pouco, cada vez mais ousadamente, com ajudas econômicas, financiamentos, conselhos, pressões, a influência e presença norte-americana foi se consolidando no interior do próprio aparelho de estado boliviano.

Um exemplo da relação estreita entre os financiamentos e seus fins políticos deu-se em relação à reforma agrária. Os EUA só concedem empréstimos agrícolas desde que fossem direcionados para a região colonizada de Santa Cruz, onde erigia-se uma agricultura baseada em empresas agrícolas de alta rentabilidade. Para as regiões do Altiplano e Vales esses recursos foram vetados. A médio prazo essa orientação fez com que surgisse na região de Santa Cruz uma nova e poderosa fração burguesa agrícola que desestabilizou os tradicionais centros políticos de poder do país e esteve na origem do golpe militar de 1964.

A política econômica desenvolvida pelo MNR, que inicialmente refletia as pressões do movimento revolucionário, foi progressivamente se liberalizando. A partir de 1956, com o enfraquecimento da militância trotskista que pressionava pela radicalização socialista da revolução, o FMI retomou as pressões para o governo pagar os débitos atrasados. Os empréstimos, alimentos e assistência técnica ajudaram a consolidar a ala moderada no poder e forneceram uma base material para corromper uma boa parte do movimento social que se erguia. O que inicialmente era uma política de estatização dos setores básicos da economia como base para o desenvolvimento nacional, foi sendo substituído pela liberalização econômica, enfraquecimento do setor estatal e apoio crescente à economia privada. Como contrapartida às ajudas econômicas, o governo teve que pagar um alto preço. Além de indenizar todos os grandes mineradores, o governo boliviano retomou o pagamento de dívidas com os EUA que não eram pagas desde 1929.

30 Ibid, p. 152.

De 1952 a 1956 importantes mudanças se verificaram na economia. A implantação do Plano Eder tinha um significado político importante, significava que o impulso revolucionário de abril de 1952 fora desvirtuado. Os delineamentos do novo plano econômico tinham um claro viés monetarista, que privilegiava a austeridade em detrimento do desenvolvimento econômico. A crise atingia níveis alarmantes: o custo de vida aumentara de 100 em 1952 para 2.270 em 1956, a emissão de dinheiro a 2.229. As reservas monetárias estavam perigosamente baixas. O mercado paralelo e a especulação desorganizavam a economia. Assim, em agosto de 1956 Paz Estenssoro nomeou uma Comissão de Estabilização supervisionada pelo FMI e tendo a frente o assessor norte-americano George Eder. O chamado Plano Eder era um verdadeiro ataque à economia popular e se beneficiava de um movimento sindical ainda entorpecido: previa o corte de 40% dos gastos governamentais, cortes de subsídios e controle de preços da cesta básica, aumento de impostos, congelamento de salários por um ano. Através da comissão os EUA adquiriam controle administrativo direto sobre a economia do país³¹. Em 1961, o Plano Triangular será de uma ousadia muito maior, refletindo já a plena consolidação e recomposição das instituições imperialistas no país.

Coerente com a nova orientação econômica, em 1956 o governo promulgou um novo Código do Petróleo que, depois de 15 anos de controle estatal, reabria a exploração para empresas estrangeiras. Além de significar uma clara reorientação das propostas originais defendidas pelo MNR, era reflexo direto das pressões norte-americanas que ganhavam força e se aproveitavam da delicada situação financeira do país. Rapidamente, grandes empresas petrolíferas norte-americanas dividiam o território boliviano. Socialmente esse conjunto de medidas criava uma estrutura material para uma recomposição sob novas bases, da burguesia e pequena burguesia. Por outro lado, a classe operária, era enfraquecida e desorganizada economicamente.

A década de 1960 e a nova conjuntura da economia mundial

A desestabilização econômica e política vivida pela Bolívia de meados da década de 1960 em diante estava inserida em um contexto político e econômico mais amplo, derivando-se daí as grandes linhas do período histórico posterior. O modelo econômico do capitalismo internacional gestado a partir dos acordos de Bretton-Woods em julho de 1944, e que tornara o dólar moeda universal através de um sistema de paridade fixa com o ouro, implicava em pesadas concessões por parte da economia dos Estados Unidos às outras nações capitalistas.

31 J. DUNKERLEY, op cit, pp. 83-86.

A reconstrução das principais economias no pós 2ª guerra mundial (1939-1945) como Japão e Alemanha, colocou obstáculos à plena e rápida dominação estadunidense sobre o mercado mundial. Era, por outro lado, parte de uma estratégia mais ampla para frear os processos revolucionários que se seguiram ao final da guerra. A base que permitiu o crescimento da economia capitalista no pós-guerra não significou, no entanto, um desenvolvimento global das forças produtivas. O crescimento estava relacionado às crescentes despesas militares e a sustentação artificial da acumulação de capital através do endividamento dos Estados e das empresas, provocando inflação e endividamentos crescentes. Tratavam-se de políticas parasitárias e artificiais que levariam a uma crise monetária internacional anos depois.

Na América Latina os desequilíbrios das economias centrais abriu espaço para que prosperassem modelos e políticas econômicas nacionalistas, reformistas e de orientação desenvolvimentista. Um dos reflexos foi uma retração do comércio entre os Estados Unidos e a América Latina neste período. Em 1948 as exportações da América Latina para os Estados Unidos representavam 39% do total e em 1970 caíram para 30%. As importações latino-americanas de mercadorias também sofreram uma retração semelhante: representaram 53% em 1940 e chegaram em 1970 a 34% do total³².

Como destacaram Ciro Flamarion e Hector Brignolli:

O "sistema de Bretton Woods tornara-se uma armadilha para os Estados Unidos, o que era ilustrado pela debilidade do estoque de ouro americano em relação à massa de dólares detida pelos não-residentes e bancos centrais estrangeiros. As taxas de câmbio fixas sub-avaliavam moedas como o iene ou o marco, favorecendo as exportações desses países. (...) Então tratava-se para os Estados Unidos de restabelecer a sua capacidade de impor ao resto do mundo as condições que assegurassem a preservação dos interesses do capital financeiro norte-americano"³³.

O término dos "anos gloriosos" do pós-guerra impunha uma reestruturação das relações econômicas e políticas das economias capitalistas. O fim da paridade do ouro-dólar era visto pelos Estados Unidos como uma necessidade para retomar mercados perdidos para seus concorrentes internacionais. A decretação unilateral do fim da conversibilidade do dólar em ouro, além de sua desvalorização, em agosto de 1971, pelo presidente estadunidense Richard Nixon, colocava fim ao sistema de Bretton Woods. A desvalorização do dólar alavancou as exportações dos EUA, ao mesmo tempo em que o fim da paridade alimentava o crescente mercado especulativo financeiro. O fim da conversibilidade tornou-se o princípio de políticas de

³²Ciro F. CARDOSO e Héctor P. BRIGNOLI, *História econômica da América Latina*, p. 249

³³ *Ibid*, p. 20.

ajuste que marcaram os anos 1970, provocando queda da produção industrial e recessão mundial a partir de 1973. A crise econômica de 1971 certamente não surpreendeu os Estados Unidos, pois se inseria num conjunto de medidas para reverter em favor dos capitais estadunidenses parcelas dos mercados ocupados por outros países nos anos anteriores.

Na América Latina a posição hegemônica dos EUA nunca foi seriamente ameaçada, havia recuado parcialmente e agora se tratava de retomar terreno perdido. E foi significativo, a esse respeito o fato de que a partir de 1972 com uma nova equação de governos autoritários na região, são retomados os níveis de comércio de décadas anteriores. Como consequência, as políticas nacionalistas desenvolvidas por alguns governos locais foram combatidas em favor de orientações voltadas para a abertura comercial e a desnacionalização dos setores econômicos controlados pelo Estado. Celso Furtado destacou a esse respeito que a partir de 1968 inicia-se um novo período de evolução da economia latino-americana no pós Segunda Guerra mundial. Este período foi caracterizado pela intensificação da chegada de recursos externos à América Latina provindos dos Estados Unidos principalmente. Assim, se entre o período 1961 e 1967 mantinha-se o nível estável de US\$1,5 bilhão de dólares anuais, chega a atingir US\$3,6 bilhões em 1971 e US\$5 bilhões em 1972 e 1973. Uma das consequências desse aporte crescente de recursos externos foi o crescimento do controle das atividades produtivas dos países latino-americanos por grupos estrangeiros³⁴. Os governos locais praticantes de políticas de proteção do mercado e economias nacionais foram pressionados a mudarem suas perspectivas.

Deve-se acrescentar que neste período a região tornou-se fonte de divisas para os Estados Unidos, permitindo cobrir parcialmente seus déficits de balança de pagamentos com outras regiões do mundo. Dessa forma, o saldo comercial negativo da América Latina em relação aos Estados Unidos cresceu constantemente desde meados da década de 1960: no período entre 1966 e 1970 atingiu US\$831 milhões anualmente em média; em 1970 chegou a US\$1,399 bilhão. Este desequilíbrio aumentou significativamente nos anos seguintes, com incremento das exportações estadunidenses para a região de US\$5,7 para US\$15,1 bilhões no período entre 1970 e 1974³⁵.

O novo arranjo econômico implicava necessariamente em uma repactuação do poder inclusive entre os setores das burguesias latino-americanas. Um grau maior de flexibilidade e autonomia dos governos em relação ao imperialismo estadunidense exigia alianças mais sólidas com os setores populares. E era este modelo político - base dos governos nacional-

³⁴ Celso FURTADO, *A Economia latino-americana*, p.334.

³⁵ *Ibid*, p. 336.

populistas das décadas de 1950-1960 como o MNR boliviano - que eram postos em questão. Deve-se acrescentar que tratava-se ainda, e no campo mais político, de barrar as repercussões da Revolução Cubana de 1959 no continente. As limitadas medidas de soberania nacional conquistadas pelo movimento de massas com a Revolução de 1952, como a nacionalização das minas, o controle das jazidas de gás e petróleo e a reforma agrária foram alvejadas pelos EUA e seus aliados locais. O reordenamento econômico implicava em retomar conquistas sociais das classes trabalhadoras e espaços de soberania nacional estabelecidos no período pós Segunda Guerra. Este era o caso específico da Bolívia. Deve-se recordar que o MNR já buscava desmontar as principais mudanças estabelecidas logo após a estabilização do processo revolucionário como já mencionamos. No entanto, o MNR estava muito associado no imaginário popular boliviano e nas relações sociais com setores dos movimentos organizados com a própria revolução. Por outro, perdia rapidamente o controle sobre os setores operários mais organizados decisivos da política nacional como os mineiros da COB e os sindicatos camponeses ligados aos militares. De fato, o MNR perdia sua maior densidade política e seu lugar como amortecedor social dos conflitos.

Em novembro de 1964 um golpe militar afastava o MNR do poder e o general René Barrientos assume o controle do país em associação com uma nova fração da burguesia boliviana que se desenvolvia com a agro-exportação e a exploração do gás no oriente do país. No entanto, o jogo de forças ainda não estava definido mesmo no interior do exército, que neste momento concentrava as principais linhas de força e as divisões de interesses entre a própria burguesia boliviana. Barrientos não conseguira controlar plenamente a situação de desequilíbrio das principais forças sociais e políticas. Sua orientação de confronto e repressão aos mineiros provocara resistências mesmo entre os militares que temiam pela preservação do exército.

O regime do general Barrientos e sua política econômica correspondiam à necessidade de um novo arranjo político para satisfizer o novo pacto econômico proposto pelo imperialismo. Barrientos entregou os setores mais rentáveis da economia nacionalizada para empresas estrangeiras, praticamente retornando à situação anterior à revolução de 1952, de saque sistemático dos recursos naturais e humanos do país. Desencadeou-se uma ampla abertura da economia nacional e as novas concessões de exploração de jazidas minerais foram transferidas às multinacionais. Em 1967 as empresas mineiras privadas já controlavam 24% da produção mineral do país. Em 1969 os bancos estrangeiros estadunidenses já abarcavam 58% dos depósitos financeiros nacionais. No período entre 1965 e 1968, enquanto os investimentos em capital estrangeiro somavam US\$27,7 milhões, o capital repatriado chegou a

US\$320 milhões. Também em 1968 a empresa de petróleo Gulf Oil absorveu 187 milhões de barris de petróleo em reservas frente a 33 milhões da estatal boliviana³⁶. O enfrentamento político com os mineiros e demais setores politizados da classe operária boliviana tornou-se inevitável, pois se tratava de aplicar uma política econômica que se chocava com a revolução de 1952.

A nacionalização da Gulf Oil

Na Bolívia a indústria do petróleo nasceu logo após a Primeira Guerra Mundial com a concessão de grandes áreas do território a empresas petrolíferas estrangeiras. O volume e importância das atividades foi crescendo ao longo do século XX, provocando também novas tensões e conflitos. No entanto, apesar da nacionalização da exploração do petróleo em 1937, a produção boliviana pouco cresceu. A falta de investimentos, de engenheiros e técnicos suficientes limitou por um longo tempo o crescimento da nova empresa de petróleo YPFB. Na década seguinte esta situação se modificou um pouco com novos investimentos. Durante o governo de Gualberto Villarroel (1943-1946) foi construído um oleoduto entre a cidade de Camiri e a cidade de Cochabamba, e foi instalada a primeira refinaria do país nesta cidade. Até então a produção boliviana era pequena mas suficiente para as necessidades do país. Em 1953 a Bolívia produzia 1.600 barris diários de petróleo e em 1955 a produção subiu para 12.000 barris.

Com a revolução de 1952 o governo do MNR, ao contrário do seu discurso nacionalista, tomou uma posição oposta em relação ao gás e petróleo. Decidiu reabrir as concessões às empresas estrangeiras em áreas onde presumivelmente existisse petróleo ou gás. Avaliavam, no contexto que já vimos das pressões dos EUA, que apesar de existirem grandes possibilidades de exploração faltavam recursos e que as empresas estrangeiras poderiam ajudar nessa tarefa. Assim, foi promulgado o chamado Código de Petróleo em 1955, que dividia grandes regiões do território para exploração com o objetivo de atrair grandes empresas internacionais. Pouco depois se instalou a Bolivian Gulf Oil Company e outras empresas menores, passando a dividir com a empresa estatal YPFB a exploração do subsolo.

O discurso oficial era o de que as concessões às empresas multinacionais deixaria o país menos dependente da mineração do estanho e de suas flutuações de preço, permitindo a diversificação da economia. Mais de US\$100 milhões de dólares foram transferidos da COMIBOL à YPFB para descobrir novas jazidas e aumentar a exploração comercial. Foram

³⁶ DUNKERLEY, op cit, pp. 114- a 117

iniciados planos para ampliar a produção de petróleo e gás com o objetivo de exportação para os países vizinhos como o Brasil e a Argentina. As primeiras jazidas de gás descobertas não alcançavam, porém, nenhum valor econômico que permitisse sua exploração comercial. Mas poucos anos depois a situação começou a se modificar. A maior surpresa das novas descobertas foi que as jazidas mais importantes não eram de petróleo, mas de gás natural. No entanto, as novas jazidas descobertas em 1961 não estavam em áreas controladas pela empresa estatal YPF, mas pertenciam à Gulf Oil Co. e a maioria dos ganhos obtidos com essas descobertas foram para o exterior. O Código de Petróleo era extremamente generoso com as empresas estrangeiras e permitia a remessa para o exterior de até 79,3% de todos os ganhos e lucros obtidos no país.

Das 14 companhias estrangeiras que haviam iniciado a exploração de petróleo e gás, apenas a Gulf Oil conseguira resultados positivos e já em 1966 começara a exportar também o petróleo. Em 1967 foi assinado um contrato para construção de um gasoduto para a Argentina. Esta situação provocou um sério problema e um acalorado debate no país. Ao mesmo tempo em que a YPF, empresa pública e estatal, se enfraquecia, a multinacional obtinha grandes lucros e podia remetê-los fartamente ao exterior. Em 1968 por exemplo, a empresa estatal possuía reservas de 33 milhões de barris de petróleo enquanto a multinacional Gulf Oil já controlava reservas de 187 milhões de barris. Com as novas descobertas de gás, essa preponderância tornou-se assustadora.

Em 1969 o general Barrientos morre em um acidente aéreo que facilita o caminho para os militares nacionalistas dispostos a uma flexibilização política que permitisse seguir o regime militar. O general Ovando Candia (1969-1970), representava uma fração do exército disposta a implantar políticas de controle e nacionalização dos recursos naturais. Um dos objetivos era retomar o pleno controle das jazidas de gás e petróleo e buscar apoio social de setores populares. O documento básico de orientação do novo governo, conhecido como “Mandato Revolucionário de las Fuerzas Armadas”, de 26 de setembro de 1969, fornecia as diretrizes do grupo militar nacionalista ao propor o desenvolvimento de uma suposta terceira via, “nem socialista, nem capitalista” para a economia. Foi elaborado a partir daí um plano intitulado “Estratégia para o desenvolvimento nacional” com o objetivo de industrializar a Bolívia. A proposta de nacionalização da Gulf Oil continha em seu bojo, portanto, não apenas uma medida de caráter conjuntural, mas uma avaliação de maior fôlego sobre os resultados das medidas econômicas anteriores e uma perspectiva concreta, influenciada pelos debates desenvolvimentistas da CEPAL na época, para o futuro. Era realizado um balanço dos

resultados negativos do Código de Petróleo de 1955, que previa uma divisão dos ganhos com a extração dos recursos que trazia grandes prejuízos ao país.

A concessão da Gulf Oil era, por outro lado, cercada de suspeitas de corrupção e favorecimentos ilícitos. Veio à tona um escandaloso e obscuro processo de ilegalidades em torno das operações da empresa no país. Comprovou-se que o general Barrientos fora subornado, ganhando um helicóptero de presente, como foi admitido, anos depois, pelo próprio presidente da empresa. Isto permitira, em contrapartida, que a Gulf Oil Co. fosse autorizada a exercer livremente todas as atividades relacionadas com a extração, processamento e comercialização do petróleo explorado a partir de setembro de 1967³⁷. Em 1968 a YPFB controlava apenas 10% das reservas de gás e 25% das de petróleo, enquanto a Gulf Oil já era detentora da quase totalidade das jazidas restantes. A produção também era igualmente desfavorável à empresa nacional e estatal da Bolívia. Enquanto a YPFB produzia em 1968 cerca de 497.000 m³ de petróleo bruto, a Gulf Oil chegava a 1.883.000 m³ de gás chegou a 672 milhões de m³ para a Gulf, enquanto a YPFB produziu 253 milhões de m³. O Código de Petróleo do país não fazia menção à produção de gás, deixando a multinacional de mãos livres para pressionar e subornar os governos sem muitos constrangimentos legais. De fato, o que ocorria em relação aos privilégios concedidos a esta empresa eram apenas uma parte do verdadeiro e firme controle que os organismos financeiros controlados pelos Estados Unidos exerciam sobre o Estado boliviano através de pressões, chantagens e subornos.

Em 17 de outubro de 1969 a empresa petrolífera Bolivian Gulf Oil foi nacionalizada. Foi fixada uma indenização de 78,6 milhões de dólares, que após ameaças do governo estadunidense, foi aumentada para 120 milhões de dólares. A empresa sozinha controlava então 90% do gás boliviano e possuía um domínio político e econômico semelhante ao dos antigos barões do estanho colocando em risco a soberania do país além de interferir em sua política interna. A construção do gasoduto para a Argentina teve como contrapartida, por exemplo, o oferecimento de fornecimento gratuito de gás ao departamento de Santa Cruz em troca de apoio político em 1969. Em 31 de dezembro de 1969 a Gulf controlava mais de 80% das reservas de petróleo e mais de 90% das reservas de gás do país³⁸. Até a nacionalização a Gulf Oil contribuíra com US\$11 milhões ao país. Logo depois, neste mesmo governo, começou a venda de gás para a Argentina através do contrato previsto para vigorar de 1969 a 1994. Ao invés dos US\$420 milhões previstos como ganhos, a exploração renderia mais de US\$4,2 bilhões.

³⁷ Pierre LAVAUD, op cit, p. 362

³⁸ idib, p. 362

O projeto de industrialização do general Torres

Com a queda do governo Ovando em outubro de 1970 enfraquecido pela ala menos flexível do exército, sucedeu-lhe o general Juan José Torres, apoiando-se num poderoso movimento social comandado pela COB e os partidos de esquerda. A abertura política arrancada de Ovando favoreceu uma rápida rearticulação das organizações operárias, que terminaram por impedir nesse momento a ascensão da linha dura do exército. Abriu-se um ambiente político novo de debates e elaboração de alternativas para o desenvolvimento do país e as nacionalizações voltaram à pauta de debates. Foi organizada em julho de 1971 a Comuna de La Paz, um parlamento operário-popular, que entre suas deliberações retomou a temática das nacionalizações de empresas, dando-lhes uma perspectiva socialista. O governo Torres elaborou paralelamente um Plano Global de Desenvolvimento que previa a articulação dos setores de extração de jazidas minerais com uma política de desenvolvimento industrial do país. Por outro lado, os operários mineiros, muito ativos politicamente e influenciados pelos trotskistas do POR, debateram no contexto da Comuna uma proposta para aprofundar a gestão estatal da mineração de maneira a gerí-la sob o controle dos trabalhadores. Tratavam-se de propostas de ruptura que devem ser contextualizadas historicamente e que demarcaram a busca de alternativas de desenvolvimento econômico ao capitalismo atrasado do país.

Torres era um rebento tardio do desenvolvimentismo nacionalista. É a partir destas diretrizes que se elaborara seu “Plano Global”, que incluía um projeto de desenvolvimento mineiro industrial e agrário. A virada da situação política e econômica internacional – como já abordamos - dava-se no período 1968-1970, anos de grandes transformações estratégicas dos centros econômicos e financeiros capitalistas. O conteúdo do “Mandato das forças armadas” propunha um modelo de desenvolvimento econômico que combinasse três formas de propriedade: a estatal, a proteção da indústria nacional e a estrangeira quando contribuísse para o desenvolvimento nacional. Segundo a concepção de Torres, nos países semicoloniais só o exército possuiria organicidade para defender o país da exploração imperialista³⁹.

O governo trabalhava nessa perspectiva para viabilizar um plano de industrialização diretamente conduzido pelo Estado, que permitisse industrializar no país os metais extraídos. Entre as iniciativas de Torres sob esta orientação destacava-se a nacionalização da Mina Matilde e a ampliação do complexo estanhífero de Vinto, visando criar um complexo industrial e

³⁹ Ibid, p. 134

projetos para criar siderúrgicas de antimônio e estanho. Assim, na região andina cercada pelas minas previa-se a construção de metalúrgicas e nas regiões do Oriente do país com jazidas de petróleo e gás previa-se a construção de petroquímicas. Todas estas iniciativas buscavam respaldo nas políticas da CEPAL e na busca de integração dos mercados através do Pacto Andino. Como reconheceu posteriormente um dos ministros de Torres, ao se propor uma política econômica independente da órbita estadunidense, o governo entrava em choque com os interesses internos presentes dos empresários já subordinados a esses capitais. Por outro lado, a política externa independente em relação aos Estados Unidos abriu acordos comerciais com diversos países do leste europeu como Polônia, Bulgária, Checoslováquia em áreas de cooperação técnica e financiamentos para empreendimentos industriais.

O projeto econômico e político de Torres era, mesmo se insuficiente para os objetivos socialistas em debate na Comuna, incompatível com os novos interesses hegemônicos dos Estados Unidos na América Latina e sofre desde o início severa oposição. Ao mesmo tempo é preciso recordar que o nacionalismo econômico boliviano o aproximava das medidas tomadas por Salvador Allende no Chile e Juan Velasco Alvarado no Peru. A subida dos socialistas ao poder no Chile em 1970, e as medidas nacionalistas e concessões democráticas de regimes militares no Peru e Bolívia refletiam as dificuldades e impasses para se estabilizar um projeto pontual de soberania nacional sob a hegemonia dos Estados Unidos nos regimes da região. A possibilidade de um governo socialista saído da radicalização das forças populares em torno da Comuna de La Paz durante o governo de Torres era vista vista pela reação como um perigoso impulso à radicalização dos regimes do Chile e Peru e fonte de desestabilização para as ditaduras policial-militares do cone sul.

O projeto da FSTMB de gestão operária da mineração

O novo projeto de participação dos sindicatos mineiros na administração das minas, começou a ser debatido nos sindicatos em abril de 1970. E foi endereçado a Ovando em junho como parte de uma longa pauta de reivindicações. A FSTMB (Federación Sindical de los Trabajadores Mineros de Bolivia) recolocou a reivindicação dos diretores operários com direito de veto, mas propunha uma ampliação da proposta. Que fossem incorporados diretores operários também à COMIBOL, ao Banco Mineiro, ao conselho nacional de mineração e outras entidades de interesse da Federação mineira. As discussões com Ovando, no entanto, não prosperaram.

O projeto da FSTMB defendia a total integração da indústria mineira desde a fase de extração, fundição até a comercialização, como uma das formas de recuperar e reorganizar o complexo mineiro. Uma situação econômica e administrativa desastrosa das empresas mineradoras estatais era o pano de fundo que ilustrava a proposta de gestão operária da mineração. Em 1971, 80% das divisas do país provinham da mineração. Entre as empresas particulares e estatais existiam 24 empresas de caráter grande e médio e 2.400 empresas pequenas de diversos tipos e atividades. A COMIBOL era representada por 14 grandes minas, com 47% do valor das exportações. O estanho era seu produto mineral principal, cobrindo 63% de toda a produção. Apesar do lugar estratégico da empresa, sua situação financeira era extremamente grave naquele momento, fruto de uma série de distorções e investimentos inadequados. Entre 1969 e 1970 a porcentagem de exportação de minerais da Comibol caíra de 53% para 47%, enquanto a mineração privada aumentara em 6% sua produção. Tudo isso se dava com uma dívida de US\$32 milhões e um déficit para o ano de 1971 previsto em mais de US\$19 milhões. Além disso, os gastos com a burocracia administrativa haviam subido dez vezes em relação ao total de gastos⁴⁰.

Segundo a proposta o controle da corporação mineiro-estatal seria feito através de Conselhos de produção, que funcionariam com a participação de um delegado das minas, um delegado dos engenheiros e outro da superfície. Por sua vez, funcionariam comissões de minas, de engenharia e a de superfície. Toda esta estrutura subordinada a um diretório local. O órgão superior da COMIBOL seria um diretório composto por três diretores do governo e 3 dos operários e o gerente geral. O gerente seria eleito pelo diretório de uma trina composta pela proposta da direção executiva da FSTMB⁴¹. Foi constituída uma comissão de trabalho como produto do debate sobre o controle da mineração com membros da Federação dos Mineiros e partidos políticos para preparar um projeto de estatização de todos os meios de produção do país⁴². O projeto não chegou a ser colocado em prática pois um novo golpe militar desfechado em 19 de agosto de 1971, liderado agora pelo coronel Hugo Banzer, conseguindo derrubar Torres e fechar a Comuna de La Paz.

O novo ciclo do petróleo nos anos 1970 e a crise de acumulação

A ditadura de Banzer prolongou-se de 1971 até 1978 e legou uma instabilidade política e desarticulação econômica ao do país que atingiu níveis alarmantes nos anos seguintes. Sua política econômica de internacionalização da economia não permitiu à Bolívia desenvolver-se

⁴⁰ Antônio MENDIETA D. - "Co-gestión obrera en la Comibol", jornal El Diario, 16-07-1971

⁴¹ Jornal Presencia, 01 de julho de 1971

⁴² Guillermo LORA, Contribución a la Historia Política de Bolivia, op cit, tomo 2, p. 486

beneficiando-se dos atrativos preços do petróleo e gás da década de 1970. O sociólogo boliviano Aldo Durán Gil chega a caracterizar esse período como uma crise de acumulação, contestando a tese de que o fundamento do atraso teria sido resultado de uma dilapidação irresponsável de capital pela burguesia boliviana. Para Durán Gil a análise do processo de acumulação e sua crise deve levar em consideração as condições políticas e ideológicas em que se dá aquele. Desta forma a acumulação e sua crise foram caracterizadas na década de 1970 pelos seguintes fatores:

- a relativa expansão foi realizada basicamente com investimentos do Estado, que foi insuficiente para transformar as estruturas econômicas do país, tendo como principal consequência a transferência maciça e acelerada de recursos ao setor privado;
- o estado militar teve um papel crucial neste processo acelerado de acumulação de capital, através de um esforço grande dos setores mineiro e agrário exportador;
- o Estado substituiu o papel dos bancos no investimento dos setores produtivos e “improdutivos” dominantes;
- a crise de acumulação foi agravada pela preponderância do capital financeiro dos EUA nos setores chave da economia do país⁴³.

Entre os anos de 1970 e 1975 a extração do petróleo e gás bolivianos cresceram de 5,7 para 31,6 % em participação, atingindo cerca de 1/3 das exportações do país. Em 1972 Banzer publica uma nova lei de hidrocarbonetos que permite exploração de empresas estrangeiras sob a cobertura de contratos com a YPFB. O estado permanece proprietário das fontes recebendo 50% dos benefícios e a YPFB mantém o monopólio do transporte, refino e exportação. Esta situação permaneceu estável até a década de 1990⁴⁴. A produção aumentou um pouco até 1976, depois começou a cair por falta de investimentos em exploração de novas jazidas. Em 1988 a produção de barris de petróleo/dia cairá para 21.000 contra 47.000 atingida em 1973. Os efeitos da crise mundial dos anos 1970 tiveram profundo impacto na economia local, que não entrou em colapso por conta da produção nacional. Os dados do quadro abaixo dão uma dimensão destes efeitos na década de 1970:

Indicadores da crise dos anos 1970 (taxas reais de crescimento anual)						
Ano	Exportações	PIB	Déficit fiscal (milhões)	fiscal de	Inversão interna bruta	Dívida externa pública
						Todas as Bancos

43 Aldo Durán Gil, Estado militar e instabilidade política na Bolívia, pp. 191-193.

44 POUPEAU, p. 202.

	(bens e serviços)		pesos de 1970 e %)	de	fontes	transnacionais
1974	5,5	6,1	161,6	a	-2,1	76,7
1975	-3,4	5,1	233,6	a	23,8	57,3
1976	10,8	6,8	422,9	-6,7	25,4	87,0
1977	-5,6	3,4	896,5	2,5	17,3	36,5
1978	-12,7	3,1	693,9	-7,5	10,5	11,4
1979	-10,5	2,0	1244,2	-13,4	3,1	4,9
1980 (estim.)	-9,5	0,3	s/d	-32,5	n/d	n/d

Fonte: CEPAL, BCB, Banco Mundial, FMI e BID, apud Aldo Durán Gil, p. 488 e 492.

(a) nova série que começou em 1975

A produção de gás equivalia a 13 milhões de metros cúbicos em 1988, mas metade desta produção era reinjetada por falta de consumo. O consumo interno absorvia apenas 10% desta produção. Em 1982 o novo governo do presidente Siles Suazo do MNR busca implementar um plano de estabilização econômica liberal que enfrenta grande resistência dos setores sociais populares. A situação econômica do país era catastrófica e iria piorar. A inflação já superara 1.000% ao ano e o PIB caíra 0,9% em 1981 e em 1982 caiu mais 8,7%. Durante a sua conturbada gestão, foram tentados seis planos de estabilização que não detinham a crescente inflação e mantinham aberto o déficit por conta da brutal dívida externa. A hiperinflação começou em abril de 1984, sendo detida parcialmente por medidas emergenciais. Em janeiro de 1985 estava em 68,8% ao mês e em fevereiro chegou a 182,8%. No período de doze meses chegou a 25.000%. A tabela abaixo mostra esta evolução no período:

A hiperinflação na Bolívia					
Aumentos mensais de preços ao consumidor (%)					
1984		1985		1986	
Janeiro	9,56	Janeiro	68,76	janeiro	32,96
Maio	47,02	Maio	35,67	maio	0,97
Julho	5,18	Julho	66,30	julho	1,76
Outubro	59,13	Outubro	-1,86	outubro	0,58
Dezembro	60,88	Dezembro	16,80	dezembro	0,65

Nas eleições de julho de 1985 outro antigo líder do MNR, Víctor Paz Estenssoro, tornou-se presidente pela quarta vez. Durante seu primeiro governo em 1952, foi levado a nacionalizar a grande mineração após vigorosa pressão dos mineiros da COB. Uma difusa memória revolucionária de 1952 estava ainda associada ao seu nome e ao passado do MNR. A ideologia do nacionalismo emenerrista, embora fosse de um lado forte obstáculo ao desenvolvimento e consolidação de partidos operários e socialistas de massa, ligava-se à revolução de 1952 e dificultava a imposição de um plano de ajuste econômico liberal. Era necessário ao velho núcleo conservador do MNR, agora alinhado ao neoliberalismo de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, o desmonte dos setores políticos e econômicos que concentravam a principal herança revolucionária de 1952, a classe operária organizada em torno da mineração nacionalizada e as organizações agrupadas em torno da COB.

O neoliberalismo, as privatizações e a rebelião popular

Em 29 de agosto de 1985 foi baixado o decreto 21060, portador da Nova Política Econômica do MNR sob o comando de Víctor Paz. Tratava-se de um plano de ajuste estrutural acordado com o FMI e os EUA, que provoca imediata recessão econômica e desemprego⁴⁵. Tratava-se de um verdadeiro plano de guerra contra o povo boliviano. Após aprovação dos EUA, foi discutido a portas fechadas pelo novo governo de Paz e os chefes militares, continha entre suas principais medidas:

- um aumento de sete vezes no preço da gasolina
- restrição da expansão monetária
- liberação dos mercados de produtos e dinheiro, com autorização para abertura de contas em dólares
- flexibilização do mercado de trabalho facilitando as demissões, além de anulação da indexação dos salários e congelamento dos salários do setor público

⁴⁵ Os planos de ajuste tiveram efeitos devastadores na América Latina nos anos 1980. A taxa média anual de crescimento do PIB foi de 0,6% entre 1980 e 1985, subindo para 1,9% no quinquênio seguinte. A participação da região nas exportações mundiais caiu de 5,5% para 3,9% entre 1980 e 1990, no entanto isto não impediu a enorme sangria de recursos via dívida externa. No mesmo período a transferência líquida de recursos atingiu US\$198,3 bilhões e a dívida saltou de US\$166,6 em 1979 para US\$443,0 bilhões em 1990. Ver estes e outros dados sobre os planos de ajuste na região em CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*, Campinas: ed. Unesp, 1999.

- fechamento de 18 das 23 minas da COMIBOL. Os grandes centros da mineração estatal são privatizados e os efeitos sociais são devastadores: pelo menos 27.000 operários demitidos, 65% dos trabalhadores do setor público.

A COB organiza uma greve geral de mais de duas semanas e paralisa país. Os mineiros organizam uma marcha a La Paz, mas são detidos pelo exército a 100 quilômetros da capital e forçados a retornar em trens para Oruro. É a última grande batalha unificada da resistência mineira antes do desmantelamento da Comibol. O governo prevendo a reação dos trabalhadores, é implacável. É decretado estado de sítio, toque de recolher e a prisão e deportação para a Amazônia de 179 dirigentes sindicais. Perseguidos, com seus líderes presos, sufocados economicamente - suas famílias sofrem com a falta de salários e comida - começa o grande êxodo, a dispersão do setor mais politizado e organizado da classe operária boliviana. Milhares de famílias migram para a zona rural ou para a periferia dos grandes centros urbanos.

A precocidade do plano de ajuste em relação ao conjunto da América Latina veio acompanhada de uma reestruturação da dívida externa comercial do país, que foi reduzida de 20% para 1% em função de doações de alguns países. Tratava-se de uma operação para garantir a estabilidade política do centro da América latina, mas que não livrou o país do pagamento das dívidas, conforme pode se verificar na tabela abaixo:

Estrutura da dívida externa em anos selecionados (em porcentagem sobre o total)			
	1987	1990	1997
Multilateral	30,0	45,1	65,3
BID	15,7	25,1	33,9
IDA	3,3	10,4	21,9
BIRF	6,3	5,1	0,9
CAF	1,3	3,0	5,8
FONPLATA	0,4	0,7	1,4
FIDA	0,2	0,5	0,9
OUTROS	2,8	0,3	0,4
Bilateral	52,7	47,8	34,0
governos	48,9	46,3	34,0
outros	3,8	1,5	0,0
privada	17,3	7,1	0,8
total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Horst Grebe López, *Las relaciones económicas externas de Bolivia em la globalización financeira*, p. 52⁴⁶

Paralelamente à crise momentânea do movimento operário sob o fogo do neoliberalismo, um novo sistema de governo parecia se consolidar a partir de 1985. Eram partidos moderados ligados aos setores da burguesia que se alternaram no poder em quatro processos eleitorais consecutivos: 1985, 1989, 1993 e 1997. Tratava-se, sob o véu da consolidação de uma aparente democracia moderna, de um verdadeiro pacto que excluía os setores populares, indígenas e operários através da organização de coalizões parlamentares e governamentais. Grande parte da nova população mobilizada pelos movimentos sociais era composta por fugitivos da recessão econômica da década de 1980. Os governos desse período porém, não dão trégua. Sob o governo de Jaime Paz Zamora, antigo dirigente de esquerda (MIR), agora convertido ao neoliberalismo, são aprovadas novas medidas para incentivar as privatizações e capitais estrangeiros. Um Novo Código de Mineração é aprovado em 5 de abril de 1990 e tenta reordenar a produção sob controle privado.

O quadro abaixo registra a evolução da mineração desde o período do ajuste estrutural até a promulgação do novo código:

Evolução da mineração desde o período do ajuste estrutural						
Crescimento em %	1985	1986	1987	1988	1989	1990
	-18,5	-26,6	1,5	41,0	25,3	13,4
Preços (índice 100 em 1980)						
estanho	70,9	33,8	40,6	42,1	51,4	37,5
prata	26,5	25,9	32,7	31,0	26,4	22,9
Participação por produtor						
Comibol	50,7	27,4	s/d	s/d	22,0	s/d
privados	49,3	72,6	s/d	s/d	78,0	s/d
Fonte: Economía para Ejecutivos, março de 1991 (citado por Juan Carlos Casas, p. 197)						

Sanchez de Lozada (1993-1997), ex-ministro da economia de Paz Estenssoro em 1985 e agora presidente, aprofunda o curso liberal do regime. São aprovadas sete novas leis visando acelerar as privatizações e o enfraquecimento da previsível resistência popular: reforma do poder executivo, participação popular, capitalização das empresas estatais, reforma educativa, descentralização, lei de terras e lei dos hidrocarbonetos. A chamado "política de capitalização", uma forma velada de privatização, favorecia as empresas multinacionais, sob o pretexto de atrair investimentos ao setor de energia. Foram privatizadas dez empresas em

cinco anos, com a entrada de US\$1,6 bilhão no país, sendo 51% para as empresas de hidrocarbonetos, 37% para telecomunicações, 6% para eletricidade e 5% para transportes. A concentração de poder econômico aumentou brutalmente e calculava-se que existiam além das empresas privatizadas, cerca de cem outros grupos econômico-financeiros mistos entre estrangeiros e nacionais, cerca de quinhentas empresas médias e pequenas na indústria e comércio e uma 500 mil microempresas com menos de quatro pessoas por estabelecimento. Os bancos espanhóis Santander e Central Hispano passaram a controlar mais de um terço dos ativos financeiros do país, incluindo a administração dos fundos de pensão⁴⁷.

Em relação especificamente a área energética, 1990 foi promulgada uma lei sobre hidrocarbonetos (nº 1 194) para atrair parcerias estrangeiras para explorar o gás, considerada insuficiente pelo novo governo. Em 1996 a nova lei, de nº 1689, é aprovada, e embora mantivesse a propriedade formal do estado sobre as fontes e reservas de gás, cedia o controle às empresas contratadas. Na prática, a lei de 1996 e o decreto de 1997 contornavam princípios constitucionais do país que afirmam serem os recursos naturais propriedade inalienável do estado. Tratava-se de fato de uma privatização pois abria para as empresas a possibilidade de explorar, refinar e exportar as fontes de gás e petróleo, retirando o poder do estado boliviano. A taxa foi reduzida de 50 para 18% para as novas jazidas descobertas. Dividiu-se a empresa pública YPFB em três empresas independentes: a Chaco em parceria com a Amoco, a Andina com Perez Companc, Plus Petrol e Repsol YPF e a Transredes com a Enron e a Shell. Com as empresas que participam através de *joint ventures* eram mais de vinte empresas participando da exploração do gás do país. As reservas de gás multiplicaram por 4,5 e chegando a 32,2 trilhões de pés cúbicos no ano 2000⁴⁸. A ofensiva liberal prosseguiu com a eleição do ex-ditador Hugo Banzer para um mandato até 2002, e encontra crescente resistência. As privatizações foram marcadas por um conjunto de ilegalidades as quais podemos acrescentar a total ausência de preocupação com as populações locais indígenas e o meio ambiente. Além disso, apesar de terem sido realizadas todas as medidas do receituário neoliberal, com as desregulamentação e liberalização financeira, comercial, as privatizações, etc, o nível de crescimento do país continuou em níveis modestos.

A vitória na chamada Guerra da Água ocorrida em Cochabamba em dezembro de 1999 e a abril de 2000 - quando movimentos sociais paralisaram o país exigindo o fim da privatização da água pela empresa multinacional Bechtel - permite afirmar que um novo ciclo de mobilizações anti-liberais ganhara a ofensiva. Em 20 de setembro de 2003 mais de 500.000

47 GAMBINA, op cit, p. 53

48 POUPEAU, p. 204.

peças se manifestam em todo o país contra o projeto de exportação das fontes naturais através do Chile, episódio conhecido como Guerra do Gás. Foi o mesmo movimento político desencadeado em 2002 que ganhava contornos cada vez mais dramáticos. A tensão cresceu em fevereiro de 2003 e em outubro o exército se enfrenta com os habitantes da cidade de El Alto, ao lado da capital La Paz. O enfrentamento une camponeses, indígenas, membros do sindicalismo da COB desempregados e excluídos de todo tipo. São formadas barricadas que bloqueiam a capital e marchas se sucedem para pressionar o governo. A onda de mobilizações alcança as comunidades e cidades do altiplano e os departamentos de Oruro e Potosí.

O presidente Lozada renuncia no dia 17 de outubro e o vice-presidente, Carlos Mesa, assume o governo se comprometendo com a realização de um referendo sobre o gás. O referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos de julho de 2004 teve resultados incontestáveis: dos 4,4 milhões de eleitores submetidos a cinco questões os resultados foram: mais de 80% dos votantes aprovaram a revogação da lei de 1997, o mais de 90% e aprovaram a recuperação pelo estado boliviano a propriedade dos hidrocarbonetos, mais de 85% se pronunciaram pela reativação da empresa pública de hidrocarbonetos, mais de 60% pela utilização do gás como fonte estratégica para obter acesso a soberania da Bolívia ao oceano pacífico, enfim, mais de 65% aprovaram a exportação do gás. Porém Carlos Mesa tentou distorcer os resultados do plebiscito. A lei adotada em 17 de maio de 2005 descartava a nacionalização e se limitava a aumentar a taxa sobre o valor declarado dos lucros das grandes empresas. Mesa é obrigado a renunciar em 9 de junho de 2005 e Eduardo Rodríguez, presidente da Corte Suprema, assume o governo num mandato tampão até as eleições marcadas para dezembro do mesmo ano. A vitória de Morales por maioria absoluta dos votos e o decreto de nacionalização das empresas de 1º de maio de 2006 refletem uma longa tradição histórica e numerosas batalhas recentes em defesa da soberania nacional da Bolívia esteve no centro das preocupações do seu povo.

Contraditoriamente, as nacionalizações de empresas podem fornecer o que esperam seus críticos atuais mais apressados, a preservação do capitalismo, da economia de mercado e da propriedade dos grandes meios de produção, caso mantenham-se os atuais limites do processo boliviano. Contentar-se por outro lado, com as nacionalizações, com as indenizações, não seria repetir os mesmos caminhos passados que inviabilizaram a plena soberania e independência do país? A Bolívia passou por muitos processos revolucionários frustrados nos quais projetos de reordenamento econômico e desenvolvimentismo nacionalista concorreram com a via liberal e submissa aos capitais financeiros. As estruturas econômicas do país pouco

se modificaram e continuam em grande parte baseadas na produção e exportação agro-mineral. Evo Morales e Garcia Linera parecem ensaiar um neo-desenvolvimentismo, ou como preferiu chamar Linera, um “capitalismo andino” marcado pelo respeito aos grandes proprietários mesclado com doses de intervencionismo estatal e comunitarismo indígena. A brutal crise capitalista, que desde 2008 destruiu maciçamente forças produtivas e só tem a oferecer novas ameaças às condições de vida da humanidade, certamente não oferece um caminho para o país andino sair do seu círculo vicioso de miséria e atraso econômico. A História abriu uma nova oportunidade e o povo boliviano depositou mais uma vez, com os esmagadores resultados eleitorais de 2009, um novo mandato por mudanças profundas na Bolívia.

Bibliografia:

ALEXANDER, Robert. La revolución boliviana. La Paz: Direccion nacional de informaciones, 1961, 299p.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A revolução boliviana. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. Bolívia: democracia e revolução. São Paulo: editora Alameda, 2011.

BEDREGAL, Guillermo - Monopolios contra los países pobres - la crisis mundial del estaño, Mexico, Siglo XXI, 1967.

_____. La revolución boliviana, La Paz, Direccion nacional de informaciones, 1962, 119p.

BETHELLI, Leslie. História da América Latina, vol. 6, São Paulo: Arquivo do estado, 2008

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: editora Unesp, 1999.

CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Héctor P. História econômica da América Latina, 2.ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988, 327p.

E. CONTRERAS, MANUEL Debt, taxes and war: the political economy of Bolivia, c. 1920-1935, Journal of Latinamerican Studies, 22(2): 265, 1990.

DUNKERLEY, James. Rebelion en las venas- la lucha política en Bolivia 1952-1982, La Paz, Ed. Quipus, 1987, 328p.

DURÁN GIL, Aldo. Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978). tese de doutorado, Unicamp, agosto de 2003.

GALLEGO, Ferran “Notas sobre el gobierno de Enrique Peñaranda 1939-1943”

GODOY, Ricardo. Technical and economic efficiency of peasants miners in Bolivia, *Economic Development and culture change*, 34, oct.85, pp.103-120.

FURTADO, Celso A economia latino-americana, 3.ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1986, 339p.

GAMBINA, Julio (comp.) La globalización económico-financiera: su impacto em América Latina, Buenos Aires: Clacso, 2002,

GASPARIAN, Fernando. Capital estrangeiro e desenvolvimento na América latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1973.

GODOY, Ricardo. Technical and economic efficiency of peasants miners in Bolivia, *Economic Development and culture change*, 34, oct. 85, pp. 103-120.

GUZMÁN, Augusto Historia de Bolívia. La Paz/Cochabamba: Editorial "Los amigos dei libro", 1973.

IRIARTE, Gregorio. Los mineros, sus luchas, frustaciones y esperanzas. La Paz: Puerta del sol, 1983,

KLEIN, Hebert S. “American Oil Companies in Latin America: the bolivian experience”, *Inter-american economic affairs*, 18(2), 1964, pp.47-72.

_____. Bolivia: the evolution of a Multi-ethnic society. 2ªed. New York: Oxford University Press, 1992.

KLEIN, Herbert Historia General de Bolívia, La Paz: Juventud, 1982, 361p.

LAVAUD, Jean Pierre. El embrollo boliviano, La Paz, Cesu-IFEA-Hisbol, 1998, 416p.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer América Latina contemporânea, Rio de Janeiro: Zahar, 1970

LORA, Guillermo. Historia del Movimiento Obrero Boliviano, tomo I 1848 - 1900, tomo II 1900 -1923, tomo MI 1923 - 1933, Cochabamba,

_____, Contribución a la historia política de Bolivia, *La Paz: ISLA*, 1978, 2 tomos.

MALLOY, James. Bolivia: la revolución inconclusa, La Paz, CERES, 1989, 536p.

MENDIETA D., Antônio. Co-gestión obrera en la Comibol, jornal El Diario, 16-07-1971

MOLDIZ MERCADO, Hugo. Bolivia: crisis estatal y proceso de transformación, in: STOLOWICZ, Beatriz (coord.), Gobiernos de izquierda en America latina – un balance politico, Bogotá: ediciones Aurora, 2007.

PANDO, Roberto J, De Bolívar a la revolucion bolivian, Buenos Aires, Legasa, 1984, 165p.

PATCH, Richard - “Bolivia: assistência norte-americana em um quadro revolucionário”, in: *Mudança social na América Latina*, São Paulo, s/d, pp. 100-174.

PAZ, Sergio Almaraz . El poder y la caída - el estaño en la historia de Bolivia, 4a. ed., La Paz, Amigos del libro, 1967, 259p.

POMPEAU, Franck. Les “guerres du gaz” en Bolivie. Les enjeux de l'exportation des hydrocarbures. In: *Problèmes d'Amérique Latine*, 57/58:199-212, 2005.

VIRREIRA, Walter Hermosa. Breve historia de la mineria boliviana, La Paz, Los amigos del libro, 1979.

ZONDAG, Cornelius. The bolivian economy 1952-1965 - the revolution and its aftermath, New York: Praeger Publishers, 1966, 263p.